



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

PROJETO DE LEI N.º 19, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.

**Estima a receita e fixa a despesa do
Município para o exercício financeiro
de 2012, e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Bonito - MS para o exercício de 2012, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes do Município, seus fundos e entidades da administração direta.

Art. 2º. O conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 44.201.000,00 (quarenta e quatro milhões e Duzentos e um mil reais).

Art. 3º. A receita decorrerá da arrecadação de tributos e de outras receitas correntes, de capital e Contribuições Intra-Orçamentárias, na forma da legislação vigente, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	36.823.000	5.728.000	42.551.000
Receita Tributária	7.200.000		7.200.000
Receita de Contribuições	550.000	2.000.000	2.550.000
Receita Patrimonial	462.000	1.158.000	1.620.000
Receita Agropecuária	1.000	0	1.000
Transferências Correntes	32.160.000	2.570.000	34.730.000
Outras Receitas Correntes	1.040.000	0	1.040.000
Dedução das Receitas	(4.590.000)		(4.590.000)
RECEITAS DE CAPITAL	950.000	50.000	1.000.000
Transferência de Capital	950.000	50.000	1.000.000
RECEITAS INTRA-ORÇAMENT.	-	650.000	650.000
Receitas de Contribuições Intra-Orç.		650.000	650.000
RECEITA TOTAL	37.773.000	6.428.000	44.201.000

Art. 4º. A despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, fixado o orçamento fiscal em R\$ 29.905.400,00 (vinte nove milhões e novecentos e cinco mil e quatrocentos reais), o orçamento da



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

seguridade social em R\$ 14.295.600,00 (quatorze milhões e duzentos e noventa e cinco mil e seiscentos reais).

Art. 5º. A despesa do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observada a programação constante dos quadros anexos a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
Despesas Correntes	26.806.500	12.286.600	39.093.100
Despesas de Capital	2.653.900	2.009.000	4.662.900
Reserva de Contingência	445.000	-	445.000
TOTAL	29.905.400	14.295.600	44.201.000

DESPESA POR ÓRGÃO

	FISCAL	SEGURIDADE	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	2.200.000		2.200.000
Câmara Municipal	2.200.000		2.200.000
PODER EXECUTIVO	27.705.400	14.295.600	42.001.000
Gabinete do Prefeito	3.615.000		3.615.000
Sec. de Administração e Finanças	3.915.000	3.400.000	7.315.000
Sec. Mun. de Educação	10.447.900		10.447.900
Sec. Mun. de Assistência Social		2.433.000	2.433.000
Sec. Mun. de Saúde		8.462.600	8.462.600
Sec. Mun. de Turismo, Ind e Comércio	1.688.500		1.688.500
Sec. Mun. Do Meio Ambiente	594.500		594.500
Sec. Municipal de Obras	5.048.000		5.048.000
Sec. Mun. de Prod. E Desenv. Rural	1.251.500		1.251.500
Fundação de Esportes	700.000		700.000
Reserva de Contingência	445.000		445.000
TOTAL	29.905.400	14.295.600	44.201.000

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita, bem como realizar operações de crédito, até o limite fixado na Constituição Federal e Legislação Complementar Federal, mediante autorização genérica do Poder Legislativo.

Art. 7º. Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, fica o Poder Executivo, mediante autorização legislativa, autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BONITO

Art. 8º. Durante o exercício de 2012 ficam o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a concederem reajustes de pessoal Ativo e Inativo, observando os dispositivos constitucionais e os artigos 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas Operações de Crédito, nos financiamentos e nas alienações, a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de contratos, convênios, alienações e outros atos da competência do Executivo.

Art. 10. O Poder Executivo disponibilizará, até 31 de janeiro de 2012, o cronograma mensal de previsão de arrecadação de receitas e desembolso de despesas para o exercício de 2012, com base na Receita Prevista e Despesa Fixada por esta Lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício de 2012, créditos adicionais na forma do inciso II do art. 41 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa constante dos orçamentos que integram esta Lei, utilizando os recursos previstos nos incisos III do § 1º, do art. 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º – Fica autorizada, não sendo computada para efeito do limite fixado no “caput” deste artigo, a abertura de créditos suplementares destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, obedecendo aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º - As suplementações decorrentes dos créditos adicionais na forma do caput deste artigo não observarão o rigor das fontes de recursos apontadas no § 3º do art. 4º da Lei Municipal 1.228, de 1º de julho de 2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, considerando a flexibilidade da realização da receita prevista, tanto para mais como para menos, podendo suplementar uma fonte a outra, sem a fixação de origem ou destino.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2012 a abrir programas de trabalho, elementos de despesas e fontes de recursos para a realização dos projetos e atividades não previstos neste orçamento.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da Receita do Município, acumulado no exercício, conforme inciso II do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do superávit financeiro,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

limitados aos valores apurados no Balanço Patrimonial – Anexo 14 - do exercício anterior ao da execução orçamentária em andamento, na forma de como estabelece inciso I do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 15. Os repasses, ao Poder Legislativo Municipal, far-se-ão mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avos) do total dos valores estabelecidos pelo art. 29-A, da Constituição Federal, calculados sobre a receita efetivamente arrecadada no exercício de 2011.

§ 1º. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo Municipal fará o cálculo da apuração final da receita efetivamente realizada, após o encerramento do exercício financeiro de 2011.

§ 2º. O Poder Executivo procederá à adequação necessária, até o limite permitido, caso o total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal seja inferior ao fixado nesta Lei.

§ 3º. Havendo superávit do total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, a diferença será objeto de suplementação das dotações, definidas nos prazos e nos elementos previamente indicados pela Câmara Municipal, não se computando para o limite estabelecido no art. 11, desta Lei.

Art. 16. Fica alterado e atualizado o Plano Plurianual do quadriênio 2010-2013, de acordo com as atualizações realizadas no Orçamento para o exercício de 2012, em todos os seus Demonstrativos.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTHUR SOARES DE FIGUEIREDO,
Prefeito Municipal.

APROVADO EM

____/____/____

Presidente